



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## TRABALHO MANUAL VERSUS TRABALHO INTELECTUAL: DUALIDADE E HISTORICIDADE NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

Maria Luzirene Oliveira do Nascimento; Tânia Serra Azul Machado Bezerra

*Universidade Federal do Piauí/Programa de Pós-Graduação em Educação –  
luzirene\_oliveira89@outlook.com; Universidade Estadual do Ceará – tanciasamb@hotmail.com*

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar a dualidade na divisão social do trabalho que historicamente constituiu a proposta de educação para o trabalho, permeada por contradição entre trabalho manual versus trabalho intelectual. Diante disto, nos remetemos a qualificação do trabalhador e a oferta de cursos técnicos e profissionalizante, pois a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual se encontra presente na Educação Profissional, que se intensifica a medida que as relações de exploração aumentam na consolidação da sociedade capitalista. Analisamos a Educação Profissional como modalidade de ensino imersa nas contradições da sociabilidade do capital e de suas formas de apropriação do trabalho, em que, historicamente se constituiu numa educação para o povo que se diferencia de uma educação propedêutica. Para a realização destas análises nos fundamentamos em autores como Ponce (2005), Mészáros (2008), Oliveira (2005), Gramsci (2010).

Palavras-chave: Educação Profissional; Trabalho Manual; Trabalho Intelectual; Qualificação

### INTRODUÇÃO

A qualificação para o mundo do trabalho se confronta com a problemática da divisão intelectual do trabalho que permeia as relações de poder e de exploração do homem. Assim, a Educação Profissional ao se constituir diante da dualidade entre ensino técnico e propedêutico





reforça essa divisão do trabalho entre trabalho manual versus trabalho intelectual. Mas é importante analisar que essa relação foi historicamente construída, e que o trabalho manual muitas vezes foi considerado impróprio e inadequado para os homens de bem e de bens, enquanto o trabalho braçal era destinado às classes subalternas, pois em algumas sociedades esse tipo de trabalho era realizado apenas por escravos, ou homens que não possuíam propriedade.

A fonte de riqueza material – o trabalho, como já havia apontado Marx (2008), foi considerada uma atividade indigna para a nobreza, durante o feudalismo, e até mesmo antes, como na Grécia Antiga, na Roma Antiga. Segundo Ponce (2005, p. 37) “desligados do trabalho manual e do intercâmbio dos produtos, as classes superiores já eram nessa época socialmente improdutivas”. Disso decorre o fato de que para os filhos da nobreza era reservado cultivar o espírito e desenvolver habilidades das artes liberais, podiam frequentar a escola e aprender sobre arte, música, literatura, ciências, retórica e aprender a arte da guerra, pois estes eram preparados para assumir os postos de comando da sociedade, ou seja, assumiam a função de comandar o Estado. Enquanto, o restante do povo devia ser submisso a essa nobreza e realizavam os trabalhos manuais e mais degradantes. Ainda de acordo com Ponce (2005) durante a Idade Média a Educação destinada as massas tinha como objetivo a doutrinação cristã, nas escolas da plebe não se ensinava a ler nem escrever, mas apenas a tornar as massas dóceis e conformadas.

É a partir da Revolução Burguesa que o trabalho passa a ser considerado digno, pois proporcionava enriquecimento individual e possibilitava a sociedade burguesa ascensão social. No entanto, a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual se intensifica a



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

medida que as relações de exploração aumentam na consolidação da sociedade capitalista. Embora o trabalho manual a partir do processo de industrialização, não seja visto como uma atividade indigna, este continua sendo executado pelas classes sociais pobres e que se submetem a extensas jornadas de trabalho desumanas. Enquanto a burguesia desfruta da produção de riqueza gerada através da exploração da força de trabalho dos operários.

A Educação do homem burguês não é a mesma do homem antigo. Diante das transformações no modo de produção e nas relações de trabalho outro modelo de educação passa a ser direcionado aos filhos da burguesia emergente. Ponce (2005, p.115b) aponta que “a educação cavalheiresca já não servia para esse nobre, tampouco eram úteis a dialética e a teologia ao bom burguês que fretava navios para viagens ao novo mundo”, na educação do homem burguês dava-se atenção a um conhecimento que fosse útil para a vida terrena e dos negócios. Dessa forma a educação do homem burguês também diferia da educação das massas, pois às camadas populares a educação ainda se constituía um espaço de doutrinação religiosa, sendo espaço também de evangelização dos protestantes a partir da reforma empreendida por Lutero, que para Ponce (2005) não obstante afirmava que a instrução constituía uma fonte de riqueza e de poder para a burguesia, no entanto nem de longe pensou em estender esses benefícios às massas populares, deixando os homens das classes inferiores excluídos da educação.

Assim, a educação se tornou um fator que contribuiu para difundir a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, que se fundou sob as bases de uma escola de forte dualidade entre o ensino da técnica e o ensino das artes liberais, e sob as bases de uma sociedade excludente e escravocrata. Embora na contemporaneidade possamos perceber que





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

as escolas técnicas sofreram modificações no currículo para adaptar disciplinas de conhecimento geral.

Isto nos remete a compreensão de que a qualificação para o mundo do trabalho através dos cursos técnicos, difundidos pelo discurso oficial, passa por um processo de exclusão das camadas populares que são submetidas a condições de trabalho precarizado, com baixa remuneração e destinada aos jovens que tem pouca oportunidade de competir por uma vaga na universidade. Este cenário aponta para a perspectiva de que ainda não superamos a dualidade entre trabalho manual versus trabalho intelectual, nem mesmo o desenvolvimento da tecnologia e da utilização desta em setores que usavam antes a mão de obra do trabalhador pouco contribuiu para o fim dessa ideologia que separa o homem do fazer do homem do pensar. O desenvolvimento da tecnologia e a sua utilização no mundo do trabalho intensificou as condições de exploração do trabalhador e o transformou no escravo da máquina, ainda há os que operam as máquinas de acordo com o ritmo delas, e os que pensam os processos de produção e gerenciamento para os operários.

## **METODOLOGIA**

Realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, em que analisamos documentos oficiais do Ministério da Educação, Decretos e Leis. A pesquisa documental é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador (SEVERINO, 2007, p. 124). A pesquisa documental se constitui como técnica de identificação, levantamento, exploração de fontes do objeto pesquisado.





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No que se refere à pesquisa bibliográfica caracteriza-se como uma pesquisa que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2011, p.50). Nesse sentido, fizemos um levantamento bibliográfico baseado em autores como Ponce (2005), Mészáros (2008), Oliveira (2005), Gramsci (2010).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No Brasil, por exemplo, o trabalho manual era uma atividade que deveria ser exercida exclusivamente pelos escravos, enquanto os senhores de engenho desfrutavam do ócio e do não-trabalho, pois trabalhar era destinado para aqueles que não possuíam liberdade e nem dignidade humana, o trabalho braçal era destinado aos espíritos inferiores. Assim o Brasil se constrói sob as bases de uma sociedade escravocrata e produtiva em contraste com a improdutividade do homem branco, o trabalho era desprezível para a elite brasileira. É dessa forma também que irá se difundir o trabalho industrial, onde ocupações degradantes serão destinadas aos miseráveis e despossuídos, é ainda assim que as escolas profissionalizantes no Brasil se constituem em espaços para a qualificação de uma mão de obra marginalizada e subalterna, enquanto as escolas propedêuticas se tornam improdutivas, mas são mais valorizadas porque são destinadas aos filhos das classes mais abastadas. De acordo com Nosella:

A instituição escolar, obviamente, reflete o quadro produtivo nacional. Um industrialismo tardio e inorgânico, a periferia urbana, a miséria, o arcaísmo agrícola, o parasitismo produziam o assistencialismo educacional que é a nossa grande ideologia pedagógica, pois fetichiza miséria fazendo-nos esquecer a pergunta de Marx: “Quem educa o educador?” ou seja, acostumados com a miséria, acabamos por legitimá-la, esquecendo que é o trabalho o princípio pedagógico geral, e que o nosso educador em última





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

instância é a forma produtiva. O assistencialismo nos faz esquecer que é justamente o trabalho que deve ser educado no Brasil. (2005, p. 138)

A escola da técnica foi implantada no Brasil a partir do processo de industrialização, pois surge a necessidade de formar uma mão de obra especializada para a indústria, no entanto, como o Brasil não tinha uma tradição industrial e nem de preparação dos jovens para o mercado de trabalho, essas escolas vão se tornando espaços inóspitos de preparação de uma força de trabalho rude, sem formação geral, apenas destinada a desenvolver a técnica, daí a dualidade e a não atratividade da escola profissionalizante para os filhos da elite brasileira. Nosella (2005, p.138) infere que “o estigma do trabalho escravo deve ser exorcizado por intermédio de uma catarse educativa.[...] o trabalho escravo, antigo educador, deve passar a ser educado na nova escola da liberdade industrial”. Mas partindo das considerações de Nosella (2005) nos indagamos sobre que tipo de trabalho e de trabalhador essa liberdade industrial tem produzido na sociedade contemporânea.

A reforma de 1997 que instituiu o Decreto 2.208/1997, em que as escolas técnicas deveriam ofertar ensino técnico separado do ensino médio, o que segundo Oliveira (2005) causou diversas polêmicas entre os educadores e pesquisadores da escola profissional, e culminou com a revogação desse Decreto em 2004 durante o “Fórum Internacional de Educação Tecnológica”, momento esse que instituiu o Decreto 5.154/2004, onde fica estabelecido no Art. 4º que “a educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” (BRASIL, 2013).

Conforme Oliveira (2005):

Dessa maneira no novo decreto foram mantidas tanto as bases da educação produtivista, quanto às bases de uma educação que pretende superar esse





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

viés, buscando minimamente desenvolver ao trabalhador o saber que lhe fora parcelarizado pela organização taylorista/fordista do trabalho. Essa tendência de acomodar duas perspectivas distintas no mesmo espírito constitui um passo à frente e dois para trás na história da educação profissional brasileira. (OLIVEIRA, 2005, p. 94/95)

A Educação Profissional se constitui em uma modalidade de ensino que tem em sua origem a marca de uma sociedade escravocrata, a formação do sujeito necessária ao desenvolvimento das forças produtivas se confronta com um modelo social excludente e elitista. Considerar que a educação deve ser um processo de formação para a emancipação humana é pensar em uma relação do sujeito com o mundo do trabalho no sentido gramsciano de que “não existe atividade humana da qual se possa excluir absolutamente alguma participação intelectual. Não é possível separar o homo faber do homo sapiens” (Gramsci, 2010, p. 21). Partindo desse ponto, a divisão do trabalho é uma forma de desumanização das ações humanas, portanto, uma educação que divide o homem entre homens do pensar e homens do fazer é uma forma de deseducação, pois ainda de acordo com Gramsci (2010) todos os homens são intelectuais, porém nem todos exercem a função de intelectuais na sociedade.

## **CONCLUSÃO**

Analisamos, portanto, que a Educação Profissional está a serviço da manutenção da sociabilidade do capital e de suas formas de apropriação do trabalho, concomitante a isso é pensada como uma educação para o povo que se diferencia de uma educação para a classe abastada. A promoção da Educação Profissional cumpre esse papel, que assim como nos esclarece Mézáros (2008, p. 82) “a sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sistema de educação, mas simultaneamente também de doutrinação permanente”, o que significa que a ideologia burguesa impregna a sociabilidade do sujeito social, o qual está submetido cotidianamente, e naturaliza essa relação como algo que não pode ser modificado. Nesse sentido, a classe trabalhadora fica feliz quando consegue um emprego, mesmo precarizado, e mais ainda quando tem a possibilidade de qualificar-se para o mercado, pois assim, tem a falsa sensação de melhoria social.

Pensar em uma escola que humanize e que direcione a instrução de um ofício é o desafio da escola técnica profissional brasileira atual, no entanto a ideologia burguesa ao impregnar a Educação Profissional com a sua ideologia a torna cada vez mais especializada e direcionada para fins mercadológicos, o que intensifica a dualidade da educação e da divisão de classes. Uma proposta de Educação para as classes populares só pode ser pensada como possibilidade de superar essa dualidade, se for compreendida na perspectiva gramsciana de que:

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada a criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível, e por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. (GRAMSCI, 2010, p. 66)

A educação do proletariado, para Gramsci, deve possibilitar o desenvolvimento omnilateral do sujeito, para que este tenha acesso a uma cultura geral, a um conhecimento tão elaborado quanto o filho da classe dirigente. Só assim poderíamos falar em uma escola





humanista e igualitária, onde se extinguiria a dualidade do pensar versus o fazer, pois uma educação geral deve partir da práxis onde a relação teoria e prática é indissociável, é pensar um sujeito pleno que possa desenvolver todas as suas capacidades.

As políticas de Educação Profissional pensada no contexto capitalista não correspondem a um modelo de educação para superar as desigualdades sociais e nem ultrapassar a dualidade entre ensino técnico e propedêutico. Ao se articular com a necessidade de formar mão de obra para o mercado ela se constitui enquanto uma educação como diz Gramsci (2010) “que hipoteca o futuro da criança” e transfere para o âmbito educacional uma relação direta entre emprego e qualificação profissional. As escolas profissionais, assim pensadas, para os filhos da classe trabalhadora, é ainda uma educação para os que necessitam supri necessidades urgentes de sobrevivência.

Para Mészáros (2008) a condição de mercantilização da educação só pode deixar de existir através de uma mudança estrutural da sociedade, em que a educação vai deixar de ser um espaço ideológico da perpetuação da sociedade de mercadorias para possibilitar a transformação do ser social, vez que “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p.65). Nesse sentido Mészáros reconhece a educação como possibilidade de transformação social, não só a educação formal, mas principalmente em outros espaços de educação, onde os jovens recebem influências e um olhar crítico e questionador mais estimulante do que na escola, onde se encontra a ideologia burguesa, mas também a possibilidade de subversão desta.



Retomando a perspectiva Gramsciana compreendemos que a Educação Profissional deveria possibilitar também a formação geral/integral do sujeito, desde que, como bem disse esse grande intelectual e militante, a escola profissional não se torne “uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício. Mesmo através da cultura profissional é possível fazer que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual” (GRAMSCI, 2010, p.67). Portanto, superar a dualidade educacional presente nessa modalidade de ensino significa repensar a práxis social e suplantar a mercantilização da educação, através de uma mudança estrutural da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22/03/2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Juventude: anuário do sistema público de emprego e renda**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/geral/publicacoes/>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 27 de novembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_376.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf)>. Acesso em 27/11/2012.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Cidades @. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 13 de dezembro 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou máquinas?** In: MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2012. (Coleção Educadores).

MARX, Karl. **O capital.** Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** Disponível em: [www.marxists.org/portugues/marx/](http://www.marxists.org/portugues/marx/). Acesso em: 16 de fevereiro de 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 3ª ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1982.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. MARX, Karl. O capital. Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

NOSELLA, Paolo. **Qual compromisso político?** Ensaios sobre a educação pós-ditadura. 2 ed. Revista e ampliada. Bragança paulista: EDUSF, 2002.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação profissional:** Análise contextualizada. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação produtiva e educação profissional.** In: MENEZES, Ana Maria Dorta de. FIGUEIREDO, Fabio Fonseca (Orgs.).





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 79 – 89.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. 5 reimpressao. São Paulo Cortez, 2010.

